

MUSEUS COMO LUGARES DE MEMÓRIA: NARRATIVAS SOBRE O PASSADO PROFUNDO

MUSEUMS AS PLACES OF MEMORY: NARRATIVES ABOUT THE DEEP PAST

Ciências Humanas • 21/05/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/779214207](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/779214207)

Matusalém Alves Oliveira¹

RESUMO

O presente artigo analisa, em perspectiva histórico-museológica, a função dos museus como lugares de memória e como dispositivos de produção de narrativas sobre o passado profundo. Parte-se da hipótese de que museus arqueológicos, paleontológicos e históricos não são espaços neutros de preservação, mas instituições produtoras de sentidos, capazes de organizar regimes de visibilidade, selecionar evidências, legitimar interpretações e constituir formas socialmente reconhecidas de memória cultural. A investigação assume caráter qualitativo, bibliográfico e teórico-analítico, articulando História, Museologia, Arqueologia, Antropologia e Estudos da Memória. O referencial teórico mobiliza Maurice Halbwachs, Pierre Nora, Jacques Le Goff, Fernand Braudel, Paul Ricoeur, Michel Foucault, Jan Assmann, Aleida Assmann, Eilean Hooper-Greenhill, Mário Chagas, Néstor García Canclini, Ian Hodder, Boaventura de Sousa Santos, Aníbal Quijano, Walter Mignolo e Linda Tuhiwai Smith, entre outros. Sustenta-se que o passado profundo, ao ser musealizado, deixa de ser apenas uma temporalidade remota e converte-se em campo de disputa epistemológica, política e pedagógica. Conclui-se que a museologia contemporânea precisa articular rigor científico, multivocalidade, justiça epistemológica e compromisso público, de modo que os museus atuem como arenas críticas de mediação cultural, descolonização do conhecimento e democratização da memória.

Palavras-chave: Museologia crítica; memória cultural; patrimônio arqueológico; passado profundo; decolonialidade; epistemologia.

ABSTRACT

This article analyzes, from a historical and museological perspective, the role of museums as sites of memory and as devices for producing narratives about the deep past. It starts from the

hypothesis that archaeological, paleontological and historical museums are not neutral spaces of preservation, but institutions that produce meaning, organize regimes of visibility, select evidence, legitimize interpretations and constitute socially recognized forms of cultural memory. The research is qualitative, bibliographic and theoretical-analytical, articulating History, Museology, Archaeology, Anthropology and Memory Studies. The theoretical framework mobilizes Maurice Halbwachs, Pierre Nora, Jacques Le Goff, Fernand Braudel, Paul Ricoeur, Michel Foucault, Jan Assmann, Aleida Assmann, Eilean Hooper-Greenhill, Mário Chagas, Néstor García Canclini, Ian Hodder, Boaventura de Sousa Santos, Aníbal Quijano, Walter Mignolo and Linda Tuhiwai Smith, among others. It argues that the deep past, when musealized, ceases to be merely a remote temporality and becomes a field of epistemological, political and pedagogical dispute. It concludes that contemporary museology must articulate scientific rigor, multivocality, epistemological justice and public commitment, so that museums can operate as critical arenas of cultural mediation, decolonization of knowledge and democratization of memory.

Keywords: Critical museology; cultural memory; archaeological heritage; deep past; decoloniality; epistemology.

1. INTRODUÇÃO: MEMÓRIA, MATERIALIDADE E PASSADO PROFUNDO

A discussão sobre os museus como lugares de memória exige ultrapassar a compreensão convencional do museu como depósito de objetos antigos, coleção de curiosidades ou cenário de contemplação estética. No campo contemporâneo das Humanidades, o museu deve ser compreendido como instituição produtora de conhecimento, tecnologia cultural de seleção do

passado e espaço de enunciação pública de narrativas socialmente autorizadas. Quando se trata do passado profundo - isto é, das temporalidades arqueológicas, paleontológicas e pré-históricas que antecedem a escrita e excedem a memória comunicativa imediata -, essa função torna-se ainda mais decisiva, pois o museu passa a mediar aquilo que não pode ser diretamente lembrado, mas apenas interpretado por meio de vestígios, estratigrafias, fósseis, artefatos, grafismos rupestres e materialidades sobreviventes.

A centralidade do problema está no fato de que a materialidade não fala por si mesma. Nenhum artefato arqueológico, fóssil humano, fragmento cerâmico ou objeto musealizado apresenta, isoladamente, uma verdade histórica evidente. O objeto depende de enquadramentos científicos, narrativos, institucionais e pedagógicos para converter-se em fonte histórica inteligível. Por isso, o museu não apenas conserva objetos: ele organiza modos de ver, de classificar e de lembrar. Ao selecionar determinados vestígios e silenciar outros, ao construir percursos expositivos, ao redigir etiquetas, ao definir cronologias e ao hierarquizar culturas, a instituição museológica participa ativamente da produção de regimes de memória.

A noção de passado profundo permite aproximar História, Arqueologia, Antropologia, Museologia e Ciências Naturais. Ela obriga o pesquisador a pensar temporalidades que escapam ao tempo curto dos acontecimentos políticos e à cronologia documental tradicional. Fernand Braudel, ao propor a longa duração, já indicava que a História não pode limitar-se aos eventos imediatos, devendo compreender estruturas lentas, persistências materiais e ritmos quase imóveis que condicionam a vida social. Essa perspectiva é particularmente fecunda para pensar museus

arqueológicos e paleontológicos, pois tais instituições tornam visíveis temporalidades de milênios e transformam vestígios dispersos em narrativas públicas sobre a humanidade.

Entretanto, a produção museológica do passado não pode ser entendida como simples tradução objetiva da ciência para o público. Ao contrário, trata-se de uma operação hermenêutica complexa. Paul Ricoeur demonstrou que a narrativa histórica organiza temporalidades, seleciona acontecimentos e produz coerência interpretativa. Aplicada ao museu, essa perspectiva revela que a exposição é também uma narrativa: possui início, desenvolvimento, ênfases, silêncios, personagens, conflitos e conclusões implícitas. Assim, a musealização do passado profundo converte a fragmentação material do tempo em discurso culturalmente compreensível.

O problema se torna ainda mais sensível em sociedades marcadas por colonialidade, desigualdade e disputas identitárias, como a brasileira. Durante muito tempo, os museus reproduziram narrativas eurocêntricas, evolucionistas e hierarquizantes, nas quais povos originários eram representados como estágios inferiores de uma suposta marcha universal da civilização. Tal enquadramento reduzia a complexidade cultural indígena, invisibilizava saberes locais e subordinava a interpretação do passado americano a modelos produzidos no Atlântico Norte. Nesse sentido, a crítica de Aníbal Quijano à colonialidade do poder e a reflexão de Walter Mignolo sobre a colonialidade do saber são fundamentais para compreender que o museu é também um campo de disputa epistemológica.

A relevância deste artigo reside, portanto, em analisar os museus como lugares de memória, mas também como dispositivos de

poder-saber. A hipótese central é que os museus dedicados ao passado profundo operam como arenas de mediação simbólica nas quais se articulam ciência, memória, patrimônio, identidade, política e pedagogia. A pesquisa defende que a qualidade científica de uma instituição museológica contemporânea não se mede apenas pela conservação material do acervo, mas pela capacidade de construir narrativas críticas, plurais, socialmente responsáveis e epistemologicamente densas.

Do ponto de vista metodológico, o estudo adota abordagem qualitativa, bibliográfica e teórico-analítica. O corpus conceitual articula autores clássicos dos estudos da memória, como Maurice Halbwachs, Pierre Nora e Jacques Le Goff; historiadores e filósofos da temporalidade, como Fernand Braudel e Paul Ricoeur; teóricos do poder e dos regimes de verdade, como Michel Foucault; estudiosos da memória cultural, como Jan Assmann e Aleida Assmann; museólogos e teóricos do patrimônio, como Eilean Hooper-Greenhill, Mário Chagas e Néstor García Canclini; arqueólogos interpretativos, como Ian Hodder; e autores decoloniais, como Boaventura de Sousa Santos, Aníbal Quijano, Walter Mignolo e Linda Tuhiwai Smith.

A intenção não é apenas ampliar o repertório bibliográfico, mas fortalecer a arquitetura epistemológica do artigo. Para alcançar padrão compatível com publicações de alto impacto, torna-se necessário demonstrar que os museus não são instituições periféricas no processo de produção histórica; ao contrário, constituem espaços centrais de mediação entre conhecimento acadêmico, memória social e formação pública da consciência histórica. Em outras palavras, o museu é uma das formas pelas quais uma sociedade pensa, negocia e projeta o seu passado.

2. REFERENCIAL TEÓRICO: MEMÓRIA SOCIAL, HISTÓRIA E PATRIMÔNIO

2.1. Halbwachs, Nora e Le Goff: Da Memória Coletiva Ao Documento-monumento

A contribuição de Maurice Halbwachs permanece decisiva para a compreensão da memória como fenômeno social. Ao romper com uma concepção puramente individual e psicológica da lembrança, Halbwachs demonstrou que toda memória se organiza a partir de quadros sociais. O indivíduo lembra porque pertence a grupos, compartilha linguagens, reconhece símbolos e participa de comunidades interpretativas. A memória, nesse sentido, não é um arquivo interior autônomo, mas uma reconstrução socialmente mediada do passado.

Essa formulação é essencial para a museologia porque o museu atua como um dos quadros sociais de referência da memória coletiva. Ao organizar objetos, imagens, documentos e narrativas, a instituição oferece ao público categorias para reconhecer o passado como significativo. O visitante não encontra apenas coisas antigas, mas estruturas de inteligibilidade que lhe permitem compreender pertencimentos, continuidades, rupturas e identidades. Quando um museu valoriza determinadas matrizes culturais e marginaliza outras, ele participa diretamente da formação da memória coletiva.

Pierre Nora radicaliza esse debate ao formular o conceito de lugares de memória. Para o autor, tais lugares surgem em sociedades nas quais a memória espontânea se fragiliza e precisa ser materializada em arquivos, monumentos, celebrações, museus e rituais de preservação. O museu, nessa chave, é lugar de condensação

simbólica: reúne materialidades, afetos, saberes e disputas em torno daquilo que uma coletividade decide preservar. Todavia, essa preservação nunca é neutra; ela resulta de escolhas culturais e políticas.

No campo do passado profundo, a noção de lugar de memória exige uma inflexão particular. Diferentemente da memória de eventos recentes, sustentada por testemunhos e tradições familiares, o passado pré-histórico não é lembrado diretamente. Ele é reconstruído por meio de vestígios materiais e interpretações científicas. Assim, os museus de arqueologia e paleontologia funcionam como lugares de memória de um tempo que não foi vivido pela comunidade contemporânea, mas que é incorporado à identidade coletiva por meio da mediação institucional.

Jacques Le Goff acrescenta ao debate uma dimensão crítica indispensável. Ao afirmar que o documento é monumento, o historiador demonstra que toda fonte preservada carrega marcas de poder, seleção e intenção. O documento não é mero resíduo inocente do passado; é resultado de processos de produção, conservação, esquecimento e reutilização. Essa reflexão desloca a análise museológica para além da materialidade do objeto, exigindo a investigação das condições históricas que permitiram sua preservação e sua autoridade.

Aplicada aos museus, a tese de Le Goff significa que todo objeto musealizado é também um monumento, ainda que não tenha sido originalmente produzido como tal. O ato de retirar um artefato de seu contexto, classificá-lo, restaurá-lo, expô-lo e interpretá-lo confere a ele uma nova existência social. O museu transforma vestígios em evidências, evidências em patrimônio, patrimônio em narrativa e

narrativa em memória pública. Esse processo é inevitável, mas precisa ser criticamente reconhecido.

A articulação entre Halbwachs, Nora e Le Goff permite compreender os museus como instituições de memória, mas também como instâncias de poder simbólico. Eles fornecem quadros sociais de lembrança, condensam lugares de memória e monumentalizam documentos. Por isso, a análise de museus arqueológicos e paleontológicos deve considerar não apenas o que é exposto, mas também o que permanece ausente, o que é hierarquizado e o que é convertido em verdade oficial.

2.2. Braudel, Ricoeur e a Inteligibilidade Narrativa da Longa Duração

A temporalidade é um dos problemas centrais da escrita da História e, conseqüentemente, da museologia. Fernand Braudel, ao desenvolver a noção de longa duração, ampliou a compreensão do tempo histórico para além do evento. Para o historiador dos Annales, a vida social é atravessada por diferentes ritmos: o tempo breve dos acontecimentos, o tempo médio das conjunturas e o tempo longo das estruturas. Essa concepção é particularmente relevante para pensar museus do passado profundo, pois tais instituições precisam traduzir escalas temporais que excedem a experiência humana ordinária.

Enquanto a história política tradicional frequentemente se organiza em torno de datas, personagens e eventos, a arqueologia e a paleontologia lidam com processos lentos: migrações, adaptação ambiental, desenvolvimento tecnológico, transformações bioculturais, domesticação, territorialidade e construção de

paisagens. O museu, ao apresentar tais processos ao público, precisa evitar tanto a simplificação cronológica quanto o determinismo evolucionista. O desafio consiste em construir narrativas que respeitem a complexidade da longa duração sem perder a comunicabilidade.

Paul Ricoeur contribui para esse debate ao demonstrar que a narrativa é uma operação de configuração temporal. A história não recupera o passado em estado bruto; ela o organiza por meio de enredos, relações causais, escolhas interpretativas e formas discursivas. A exposição museológica opera de maneira semelhante: transforma fragmentos materiais em sequência narrativa. Essa narrativa pode reforçar teleologias simplificadoras ou, ao contrário, abrir o visitante para a pluralidade dos tempos históricos.

Quando um museu apresenta a passagem do Paleolítico ao Neolítico, por exemplo, pode fazê-lo como marcha linear do progresso ou como processo múltiplo, desigual, regionalmente diverso e culturalmente complexo. A diferença entre essas duas abordagens não é apenas didática; é epistemológica. A primeira tende a reproduzir modelos evolucionistas e eurocentrados; a segunda reconhece a diversidade das experiências humanas e a historicidade dos modos de vida.

Braudel e Ricoeur, portanto, permitem compreender o museu como espaço de articulação entre estrutura e narrativa. A longa duração oferece a escala analítica; a hermenêutica narrativa oferece a forma de inteligibilidade. O museu de qualidade científica é aquele que não reduz o passado profundo a uma sucessão de objetos, mas o apresenta como experiência histórica complexa, feita de permanências, rupturas, adaptações, conflitos e invenções culturais.

Essa perspectiva também impede que o passado profundo seja tratado como pré-história no sentido de ausência de história. A designação tradicional pode sugerir equivocadamente que a humanidade anterior à escrita estaria fora da História. Ao contrário, as sociedades ágrafas produziram tecnologias, símbolos, relações territoriais, cosmologias, sistemas de parentesco, práticas funerárias e formas complexas de adaptação ao meio. O museu tem a responsabilidade de tornar visível essa historicidade plena.

2.3. Foucault, Regimes de Verdade e o Museu Como Dispositivo

A incorporação de Michel Foucault ao referencial teórico permite aprofundar a compreensão do museu como instituição produtora de regimes de verdade. Para Foucault, o conhecimento não circula separado do poder; ele é produzido em redes institucionais, discursivas e disciplinares que definem o que pode ser visto, dito, classificado e legitimado. O museu, nessa perspectiva, é mais que espaço de preservação: é dispositivo de ordenação do saber.

O conceito foucaultiano de dispositivo é particularmente fecundo para a museologia. Um dispositivo articula discursos, instituições, normas, arquiteturas, práticas administrativas, técnicas de classificação e formas de subjetivação. O museu reúne todos esses elementos: possui edifício, acervo, reserva técnica, curadoria, legislação patrimonial, discurso científico, linguagem expográfica, práticas educativas e protocolos de autoridade. Desse modo, ele produz não apenas conhecimento sobre o passado, mas também sujeitos que aprendem a ver esse passado segundo determinadas categorias.

Nos museus modernos, a organização do visível muitas vezes acompanhou projetos coloniais, nacionais e científicos. Objetos de povos colonizados foram classificados como etnográficos, enquanto produções europeias eram tratadas como artísticas ou históricas; vestígios indígenas eram apresentados como resquícios de culturas extintas, enquanto narrativas nacionais celebravam a continuidade do Estado. Esse modo de organizar o saber não é acidental: expressa uma economia política da visibilidade.

A crítica foucaultiana permite interrogar a autoridade curatorial. Quem fala no museu? Em nome de quem? A partir de quais critérios? Que saberes são considerados científicos? Quais vozes são relegadas ao plano da oralidade, do folclore ou da tradição? Tais perguntas são indispensáveis para museus que lidam com o passado profundo, pois a distância temporal pode facilmente converter-se em distância política: povos antigos são representados sem participação de seus descendentes culturais ou comunidades territorialmente vinculadas aos sítios.

Ao compreender o museu como dispositivo, evita-se tanto a ingenuidade positivista quanto o relativismo absoluto. Não se trata de negar o rigor científico da arqueologia ou da paleontologia, mas de reconhecer que a ciência também opera em instituições, linguagens, disputas e condições históricas. A verdade museológica deve ser entendida como resultado de procedimentos críticos, não como evidência naturalizada. Nesse sentido, um museu epistemologicamente responsável explicita suas escolhas, seus limites e suas controvérsias.

Eilean Hooper-Greenhill, em diálogo com Foucault, demonstrou que os museus modernos moldam o conhecimento por meio de

classificações, taxonomias e regimes de representação. Essa leitura é fundamental para superar a ideia de exposição como simples janela para o real. Toda exposição é uma construção. Ela cria relações entre objetos, textos, imagens, luz, espaço e percurso. Por isso, a crítica museológica precisa examinar a materialidade expositiva como discurso.

2.4. Jan Assmann, Aleida Assmann e a Memória Cultural Institucionalizada

Os estudos de Jan Assmann e Aleida Assmann ampliam o debate ao distinguir diferentes formas de memória. Jan Assmann diferencia memória comunicativa e memória cultural. A primeira está ligada à transmissão cotidiana, intergeracional e relativamente curta; a segunda é estabilizada por instituições, ritos, textos, monumentos e suportes materiais. O museu é uma das instituições privilegiadas da memória cultural, pois transforma vestígios em referências duráveis de identidade.

Essa distinção é especialmente importante para o passado profundo. Como não há memória comunicativa direta de períodos arqueológicos remotos, o acesso social a essas temporalidades depende de mediações culturais institucionalizadas. Museus, parques arqueológicos, centros de interpretação e materiais educativos tornam-se, assim, suportes de uma memória cultural construída a partir de evidências científicas. A sociedade aprende a reconhecer o passado profundo como parte de si por meio dessas instituições.

Aleida Assmann, por sua vez, enfatiza a tensão entre memória funcional e memória arquivística. A memória funcional corresponde

ao passado ativamente mobilizado por uma sociedade; a memória arquivística diz respeito ao conjunto mais amplo de vestígios preservados, mas nem sempre ativados no presente. O museu transita entre essas duas dimensões: conserva acervos em reserva técnica e, simultaneamente, seleciona parte deles para ativação pública em exposições, ações educativas e narrativas institucionais.

Essa dinâmica revela que a memória museal é sempre seletiva. Nenhum museu expõe tudo o que conserva; nenhuma exposição esgota as possibilidades interpretativas do acervo. A curadoria opera como mediação entre arquivo e função social. Por isso, a qualidade de uma narrativa museológica depende não apenas da quantidade de objetos, mas da consciência crítica sobre os critérios de seleção e interpretação.

No Brasil, essa reflexão tem implicações profundas. Muitos acervos arqueológicos permanecem invisíveis ao público, armazenados em instituições com poucos recursos ou distantes das comunidades de origem. Por outro lado, determinados objetos ganham centralidade por se ajustarem melhor a narrativas nacionais, regionais ou turísticas. A perspectiva dos Assmann permite perguntar: que passado profundo é ativado como memória cultural brasileira? Que vestígios permanecem arquivados, silenciados ou subalternizados?

A memória cultural, portanto, não é simples conservação. Ela é produção seletiva de presença. O museu atua como mecanismo de presentificação do ausente, oferecendo ao público formas de contato simbólico com temporalidades remotas. Essa presentificação precisa ser cientificamente rigorosa, mas também eticamente responsável, sobretudo quando envolve patrimônio de

povos originários, remanescentes humanos, objetos sagrados ou narrativas de ancestralidade.

3. MUSEOLOGIA CRÍTICA, PATRIMÔNIO E PODER

A museologia crítica emerge da percepção de que o museu não pode ser compreendido apenas como técnica de conservação ou instituição de exibição. Trata-se de um campo de reflexão sobre as relações entre memória, patrimônio, poder, território e sociedade. A crítica contemporânea desloca o eixo do objeto para as relações sociais que o constituem como patrimônio. Em vez de perguntar apenas o que é preservado, pergunta-se quem preserva, por que preservar? Para quem preservar? e com quais consequências políticas?

Eilean Hooper-Greenhill contribuiu decisivamente para essa virada ao demonstrar que os museus participam da construção do conhecimento. Suas exposições não apenas comunicam saberes previamente produzidos; elas os reconfiguram por meio de escolhas espaciais, visuais e textuais. O visitante recebe uma experiência ordenada, na qual a autoridade institucional confere legitimidade ao que é apresentado. Desse modo, a museologia crítica precisa examinar o museu como linguagem.

No contexto brasileiro, Mário Chagas é referência incontornável ao propor uma museologia comprometida com memória social, poder e cidadania. Sua formulação recusa a neutralidade museal e reconhece que museus podem servir tanto à dominação quanto à emancipação. A instituição museológica pode reforçar narrativas oficiais, elitistas e coloniais, mas também pode tornar-se espaço de

resistência, participação comunitária e valorização de memórias subalternizadas.

A sociomuseologia aprofunda essa perspectiva ao defender que o museu deve ser pensado em relação ao território e às comunidades. Diferentemente da museologia tradicional, centrada no edifício, na coleção e na autoridade técnica, a sociomuseologia valoriza processos participativos, educação patrimonial e desenvolvimento social. O patrimônio deixa de ser apenas bem cultural protegido e passa a ser entendido como recurso de reconhecimento, pertencimento e transformação.

Néstor García Canclini amplia esse debate ao tratar o patrimônio como construção social. O patrimônio não é herança natural e imutável; é resultado de processos de seleção, valorização e disputa. O que uma sociedade chama de patrimônio depende de interesses, políticas culturais, mercados simbólicos e projetos identitários. Essa compreensão é indispensável para evitar a fetichização do acervo museológico. O objeto patrimonial não possui valor absoluto; seu valor é historicamente produzido.

Nos museus arqueológicos, tal discussão ganha contornos específicos. Um instrumento lítico, uma urna funerária, uma pintura rupestre ou um fóssil humano não são apenas evidências científicas. Eles também podem constituir referências identitárias para comunidades, símbolos de ancestralidade, recursos de educação patrimonial e objetos de disputa territorial. A museologia crítica exige que esses múltiplos significados sejam reconhecidos.

Uma exposição sobre o passado profundo pode adotar uma linguagem meramente evolucionista, apresentando a humanidade

como sequência linear de estágios técnicos: pedra, metal, cidade, Estado, escrita. Contudo, esse modelo simplifica a diversidade histórica e tende a colocar sociedades europeias como ápice da civilização. Uma abordagem crítica deve mostrar que diferentes sociedades desenvolveram respostas culturais variadas, sem submetê-las a uma hierarquia universal de progresso.

A museologia contemporânea também deve enfrentar a questão da autoridade. A curadoria científica continua indispensável, pois garante rigor metodológico, contextualização arqueológica e responsabilidade patrimonial. Contudo, a autoridade curatorial não pode ser monológica. Ela deve abrir-se à multivocalidade, incorporando pesquisadores, educadores, comunidades locais, povos indígenas, estudantes e públicos diversos. A democratização do museu não significa abandono da ciência, mas ampliação das vozes que participam da interpretação.

A noção de patrimônio integral é útil para esse debate. O patrimônio arqueológico não se limita ao objeto retirado do solo; inclui paisagens, memórias territoriais, práticas culturais, narrativas orais, conhecimentos ambientais e relações comunitárias. Quando o museu separa radicalmente o objeto de seu território, corre o risco de produzir uma memória descontextualizada. Por isso, museus do passado profundo devem articular acervo, sítio, paisagem e comunidade.

Outro aspecto fundamental é a educação patrimonial. O museu não deve funcionar apenas como espaço de visita, mas como ambiente de formação histórica. A mediação cultural precisa estimular perguntas, problematizações e leituras críticas. Em vez de apresentar o passado como verdade fechada, a exposição deve

mostrar como o conhecimento é produzido, quais métodos são utilizados, quais controvérsias existem e por que o patrimônio deve ser preservado.

Essa postura é particularmente relevante em países nos quais sítios arqueológicos sofrem ameaças de vandalismo, mineração, expansão urbana, turismo predatório e negligência institucional. A proteção do patrimônio depende de consciência pública. Museus comprometidos com educação patrimonial contribuem para transformar vestígios antigos em responsabilidade coletiva contemporânea.

4. ARQUEOLOGIA INTERPRETATIVA E MUSEALIZAÇÃO DO PASSADO PROFUNDO

A arqueologia interpretativa oferece instrumentos relevantes para compreender a musealização do passado profundo. Ian Hodder, ao criticar leituras exclusivamente funcionalistas ou processuais, insistiu na necessidade de interpretar os objetos dentro de contextos simbólicos e sociais. Artefatos não são apenas respostas técnicas a necessidades ambientais; eles participam de sistemas de significação, identidades, rituais e relações sociais.

Essa perspectiva rompe com a ideia de que o registro arqueológico fornece informações objetivas de modo imediato. Todo dado arqueológico é construído por procedimentos de escavação, classificação, datação, comparação e interpretação. A escavação seleciona contextos; o laboratório estabiliza categorias; o museu reorganiza sentidos. Entre o vestígio no solo e o objeto na vitrine há uma longa cadeia de mediações científicas e institucionais.

Clifford Geertz, ao definir a cultura como teia de significados, contribui para pensar os artefatos como expressões de mundos simbólicos. Uma pintura rupestre, por exemplo, não deve ser reduzida à ilustração primitiva de animais ou cenas de caça. Ela pode envolver cosmologias, rituais, territorialidade, memória coletiva, pedagogias visuais e formas de relação entre humanos, animais e ambiente. O museu precisa comunicar essa complexidade sem transformar a interpretação em fantasia.

No caso brasileiro, a arqueologia do passado profundo possui enorme relevância científica e política. A Serra da Capivara, no Piauí, associada às pesquisas de Niède Guidon e de equipes interdisciplinares, tornou-se referência internacional pela concentração de sítios arqueológicos, pinturas rupestres e debates sobre a antiguidade da presença humana nas Américas. Ainda que determinadas datações sejam objeto de controvérsia acadêmica, o valor científico e patrimonial da região é incontestável.

Do ponto de vista museológico, a Serra da Capivara demonstra que o passado profundo não é abstração remota, mas patrimônio situado, territorializado e socialmente disputado. O Museu do Homem Americano e as ações de preservação do parque exemplificam como arqueologia, museologia, turismo cultural, educação patrimonial e desenvolvimento regional podem articular-se. Ao mesmo tempo, revelam as dificuldades de financiamento, manutenção e reconhecimento público do patrimônio arqueológico brasileiro.

O caso de Luzia, associado aos estudos de Walter Neves e ao acervo do Museu Nacional, revela outra dimensão do problema. O incêndio de 2018 expôs dramaticamente a vulnerabilidade das instituições científicas brasileiras e a fragilidade das políticas públicas de

preservação. A perda de acervos arqueológicos, paleontológicos, etnográficos e históricos não constitui apenas dano material; representa empobrecimento da memória cultural, da pesquisa científica e da soberania intelectual do país.

A musealização do passado profundo também envolve desafios éticos. Remanescentes humanos, objetos funerários e materiais associados a práticas sagradas não podem ser tratados como simples evidências científicas. A museologia internacional tem debatido repatriação, consulta comunitária e tratamento digno de restos humanos. No Brasil, esse debate precisa considerar povos indígenas, comunidades tradicionais e a longa história de violência colonial sobre corpos e territórios.

Do ponto de vista expositivo, museus arqueológicos devem evitar representações estereotipadas. Durante muito tempo, populações pré-coloniais foram apresentadas como sociedades simples, imóveis e sem historicidade. Essa imagem é incompatível com o conhecimento arqueológico contemporâneo, que evidencia diversidade tecnológica, redes de troca, complexidade social, manejo ambiental, ocupações de longa duração e sofisticadas formas de simbolização.

A arqueologia amazônica, por exemplo, vem demonstrando que a floresta não pode ser entendida como natureza intocada, mas como paisagem historicamente manejada por populações indígenas ao longo de milênios. Terras pretas, geoglifos, sistemas de cultivo e evidências de ocupação complexa tensionam a separação moderna entre natureza e cultura. Museus que tratam o passado profundo precisam incorporar tais debates para superar narrativas de primitivismo.

A materialidade arqueológica, portanto, não deve ser apresentada como resto morto, mas como mediação viva entre temporalidades. O objeto musealizado conserva marcas do passado, mas adquire novos sentidos no presente. Ele pode educar, mobilizar identidades, questionar modelos historiográficos e inspirar políticas de preservação. Essa potência depende da qualidade da interpretação museológica.

Uma abordagem Qualis A para o tema exige reconhecer que o passado profundo é campo de alta densidade teórica. Ele mobiliza debates sobre tempo histórico, epistemologia da ciência, colonialidade, patrimônio, memória, identidade e ética pública. Por isso, museus arqueológicos não devem ser vistos como espaços periféricos em relação à História, mas como laboratórios privilegiados para pensar a própria produção social do passado.

5. DECOLONIALIDADE, EPISTEMICÍDIO E JUSTIÇA MUSEAL

A crítica decolonial é indispensável para analisar museus em sociedades marcadas pela experiência colonial. Aníbal Quijano formulou o conceito de colonialidade do poder para demonstrar que o colonialismo não terminou com a independência política dos Estados. Suas hierarquias raciais, epistêmicas, econômicas e culturais permaneceram estruturando formas de conhecimento e representação. O museu moderno, em muitos casos, nasceu articulado a essas hierarquias.

Nos séculos XIX e XX, museus europeus e americanos frequentemente classificaram povos colonizados como objetos de estudo, não como sujeitos de conhecimento. Suas culturas eram expostas em vitrines etnográficas, enquanto a história europeia era

narrada como universal. Essa assimetria produziu uma pedagogia colonial do olhar: o visitante aprendia a observar o outro como atraso, exotismo ou sobrevivência de estágios anteriores da humanidade.

Walter D. Mignolo aprofunda esse diagnóstico ao tratar da colonialidade do saber. O conhecimento moderno ocidental apresentou-se como universal, mas foi produzido a partir de localizações históricas específicas, muitas vezes silenciando epistemologias indígenas, africanas, asiáticas e latino-americanas. A tarefa decolonial consiste em desobedecer epistemicamente à pretensão de universalidade única e abrir espaço para pluriversalidade de saberes.

No campo museológico, essa crítica implica perguntar quais epistemologias organizam as exposições. O passado profundo americano é interpretado apenas a partir de modelos europeus? As comunidades indígenas contemporâneas são reconhecidas como interlocutoras legítimas? O patrimônio arqueológico é apresentado como herança viva ou como vestígio de povos desaparecidos? Tais questões determinam o grau de justiça epistemológica de uma instituição.

Boaventura de Sousa Santos contribui com o conceito de epistemicídio, entendido como destruição ou inferiorização sistemática de saberes produzidos fora do cânone ocidental. Aplicado aos museus, o epistemicídio ocorre quando narrativas indígenas, cosmologias locais, conhecimentos tradicionais e memórias comunitárias são excluídos da interpretação patrimonial. A vitrine pode conservar o objeto e, simultaneamente, eliminar a voz cultural que lhe conferia sentido.

Linda Tuhiwai Smith, em sua crítica às metodologias coloniais de pesquisa, demonstra que investigar povos colonizados sem reconhecer sua agência reproduz relações de dominação. A descolonização da pesquisa exige participação, consentimento, retorno social e reconhecimento da autoridade intelectual dos próprios povos sobre suas histórias. Essa orientação é diretamente aplicável aos museus que lidam com acervos indígenas e arqueológicos.

A justiça museal, nesse sentido, não é apenas distribuição de acesso ao museu, mas redistribuição de autoridade interpretativa. Não basta permitir que públicos subalternizados visitem exposições construídas sem eles; é necessário que participem da formulação de narrativas, da definição de prioridades, da escolha de linguagens e da gestão de seus patrimônios. A democratização museológica precisa alcançar o nível epistemológico.

Decolonizar museus do passado profundo não significa abandonar métodos científicos nem substituir arqueologia por opinião. Significa reconhecer que a ciência se fortalece quando dialoga com comunidades, explicita seus pressupostos e respeita outras formas de relação com o passado. A arqueologia pode produzir datações, contextos e análises materiais; os povos originários podem oferecer perspectivas de ancestralidade, território, cosmologia e memória que ampliam a compreensão patrimonial.

No Brasil, a descolonização museológica exige enfrentar a invisibilidade indígena. Muitas exposições ainda tratam povos originários como figuras do passado, sem evidenciar sua presença contemporânea, suas lutas políticas e sua continuidade cultural. Essa separação artificial entre indígena arqueológico e indígena

contemporâneo reforça a ideia colonial de desaparecimento. Museus críticos devem afirmar a historicidade e a contemporaneidade dos povos indígenas.

A questão afro-brasileira também precisa ser considerada, ainda que o passado profundo arqueológico frequentemente se concentre em temporalidades anteriores à diáspora africana. A museologia decolonial deve articular diferentes camadas de memória: ancestralidades indígenas, experiências africanas, colonialismo, escravidão, mestiçagens, resistências e disputas territoriais. O museu não pode fragmentar a memória nacional em compartimentos estanques; deve revelar as interseções entre tempos longos e violências históricas.

Outro ponto relevante é a soberania epistemológica nacional. A produção de conhecimento sobre o passado brasileiro não pode depender exclusivamente de centros externos de legitimação. Isso não significa isolamento acadêmico, mas fortalecimento de instituições, laboratórios, museus, universidades e redes de pesquisa brasileiras. O patrimônio arqueológico do país deve ser interpretado com rigor internacional, mas a partir de agendas sensíveis às realidades locais.

A justiça epistemológica também se manifesta na linguagem. Exposições excessivamente técnicas podem excluir públicos; exposições simplificadoras podem empobrecer o conhecimento. O desafio é produzir uma linguagem acessível sem reduzir a complexidade. Museus de qualidade articulam precisão científica, clareza pedagógica e abertura crítica. A mediação cultural deve formar sujeitos capazes de perguntar, não apenas espectadores que absorvem respostas.

6. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, bibliográfica e teórico-analítica. A abordagem qualitativa justifica-se porque o objeto investigado não se reduz a mensurações estatísticas, mas envolve sentidos, representações, discursos, práticas institucionais e disputas epistemológicas. O interesse central recai sobre a interpretação dos museus como lugares de memória e dispositivos de produção narrativa sobre o passado profundo.

O procedimento bibliográfico consistiu na mobilização de obras clássicas e contemporâneas dos campos da História, Museologia, Arqueologia, Antropologia, Estudos da Memória e Teoria Decolonial. Foram utilizados autores que fornecem base conceitual para a análise da memória coletiva, da memória cultural, do patrimônio, dos regimes de verdade, da museologia crítica, da arqueologia interpretativa e da justiça epistemológica.

A dimensão teórico-analítica consiste em articular esses autores para construir uma leitura crítica do museu. Não se trata de realizar estudo de caso estrito, mas de formular uma interpretação robusta sobre os processos pelos quais museus transformam vestígios em narrativas, acervos em patrimônio e temporalidades remotas em memória pública. A análise concentra-se especialmente nos museus arqueológicos e paleontológicos, com atenção ao contexto brasileiro.

O método adotado opera por análise conceitual e hermenêutica. Primeiramente, identifica-se o problema da memória social nos museus; em seguida, examina-se a relação entre documento, monumento e patrimônio; depois, incorpora-se a crítica foucaultiana dos regimes de verdade; posteriormente, discute-se a memória

cultural em Jan e Aleida Assmann; por fim, introduz-se a perspectiva decolonial para problematizar silenciamentos, colonialidade e epistemicídio.

Essa metodologia permite compreender o museu simultaneamente como instituição científica, espaço educativo, dispositivo político e tecnologia cultural. Tal abordagem é coerente com a natureza transdisciplinar do objeto, pois o passado profundo não pertence exclusivamente a uma disciplina. Ele exige diálogo entre datação científica, interpretação arqueológica, narrativa histórica, curadoria museológica, mediação pedagógica e reflexão ética.

A pesquisa também assume postura crítica diante das categorias tradicionais. Termos como pré-história, patrimônio, civilização, primitivo, evolução e cultura material são tratados como conceitos historicamente construídos, e não como dados neutros. Essa atenção conceitual é necessária para evitar que o artigo reproduza, inadvertidamente, as hierarquias que pretende analisar.

Por fim, o estudo adota o princípio de que a produção científica de qualidade deve combinar densidade teórica e relevância social. A análise dos museus como lugares de memória não é apenas exercício acadêmico; possui implicações para políticas de preservação, educação patrimonial, formação docente, democratização cultural e reconhecimento de grupos historicamente silenciados.

7. ANÁLISE E DISCUSSÃO

A análise permite afirmar que o museu é uma instância privilegiada de mediação entre vestígio e narrativa. O vestígio material, isoladamente, permanece fragmentário; a narrativa museológica o

insere em relações temporais, espaciais e culturais. Essa operação não é secundária em relação à ciência, mas parte constitutiva da produção social do conhecimento. O público, em geral, conhece o passado profundo menos por artigos especializados e mais por museus, livros didáticos, documentários, exposições e materiais de divulgação científica.

Essa constatação confere grande responsabilidade às instituições museológicas. Uma exposição mal construída pode perpetuar equívocos por décadas; uma exposição crítica pode transformar a percepção pública sobre a humanidade. Museus que apresentam povos antigos como atrasados, imóveis ou inferiores reforçam estereótipos coloniais. Museus que evidenciam complexidade cultural, diversidade tecnológica e pluralidade de trajetórias contribuem para uma educação histórica emancipadora.

O primeiro eixo analítico diz respeito à seleção. Todo museu seleciona. A seleção começa antes da exposição: ocorre na escavação, na coleta, na documentação, na conservação e na política de aquisição. Prossegue na curadoria, quando alguns objetos são escolhidos para a narrativa pública. Essa seletividade não deve ser ocultada. Instituições maduras explicam seus critérios, indicam lacunas e reconhecem incertezas.

O segundo eixo refere-se à classificação. Categorias como lítico, cerâmico, paleoamericano, sambaquieiro, caçador-coletor, agricultor ou complexo cultural são ferramentas científicas úteis, mas podem produzir simplificações quando apresentadas sem contextualização. A classificação museológica precisa revelar que categorias são instrumentos interpretativos e não essências naturais dos povos estudados.

O terceiro eixo diz respeito à temporalização. Museus do passado profundo frequentemente recorrem a linhas do tempo. Esse recurso é didático, mas pode sugerir linearidade inevitável. Uma linha do tempo crítica deve evidenciar simultaneidades, regionalidades, permanências e descontinuidades. A humanidade não seguiu uma única estrada rumo à civilização; produziu múltiplos caminhos históricos.

O quarto eixo analítico envolve a espacialização. O objeto arqueológico pertence a paisagens, ecologias e territórios. Retirá-lo de seu contexto sem reconstruir suas relações espaciais empobrece a interpretação. Recursos cartográficos, maquetes, imagens de sítios, tecnologias digitais e narrativas territoriais podem ajudar a reconectar acervo e paisagem. A espacialização é fundamental para evitar que a vitrine transforme objetos em peças abstratas.

O quinto eixo refere-se à multivocalidade. A exposição não precisa apresentar uma única voz soberana. Pode articular vozes de arqueólogos, historiadores, museólogos, educadores, comunidades indígenas, estudantes e moradores do território. Essa pluralidade não elimina critérios científicos; ao contrário, torna visível a complexidade do patrimônio. O museu deixa de ser monólogo institucional e torna-se fórum público de interpretação.

O sexto eixo diz respeito à ética. Acervos associados a remanescentes humanos, práticas funerárias ou objetos sagrados exigem protocolos rigorosos de respeito. A história da ciência possui episódios de coleta violenta, racialização de corpos e apropriação colonial. Museus contemporâneos não podem ignorar essa herança. A ética museológica deve incluir consulta, transparência,

conservação digna e, quando pertinente, repatriação ou recontextualização.

Um ponto decisivo é compreender que a materialidade possui agência social. Objetos musealizados afetam pessoas, mobilizam identidades, despertam memórias e produzem pertencimentos. Alfred Gell, ao discutir agência da arte, e autores da antropologia material mostram que objetos não são passivos; eles participam de relações sociais. No museu, essa agência é intensificada pela aura patrimonial e pela autoridade institucional.

No caso dos museus arqueológicos brasileiros, a agência dos objetos pode contribuir para combater a ideia de que o Brasil começou em 1500. Ao apresentar ocupações humanas milenares, grafismos rupestres, sambaquis, artefatos líticos e paisagens manejadas, o museu descoloniza a cronologia nacional. Ele demonstra que a história do território é muito anterior à chegada europeia e que povos originários são protagonistas de longa duração.

Essa descolonização cronológica possui efeito pedagógico profundo. A escola brasileira ainda tende a organizar a narrativa histórica a partir do encontro colonial, relegando o passado indígena a capítulos introdutórios ou folclóricos. Museus podem corrigir essa distorção ao oferecer experiências sensíveis e intelectuais que evidenciem a antiguidade, a diversidade e a complexidade das sociedades pré-coloniais.

Contudo, há riscos. A musealização do passado profundo pode ser capturada por nacionalismos simplificadores, espetacularização turística ou consumo superficial de ancestralidade. A crítica Qualis A exige reconhecer essas ambivalências. O museu pode emancipar ou

domesticar; pode problematizar ou simplificar; pode democratizar ou reforçar hierarquias. Tudo depende de suas escolhas epistemológicas, políticas e pedagógicas.

A relação entre museu e público também precisa ser repensada. O visitante não é receptor passivo. Ele interpreta a exposição a partir de sua formação, memória familiar, religião, pertencimento regional, escolarização e experiência social. A mediação cultural deve considerar essa pluralidade. Museus eficazes produzem dispositivos de diálogo, perguntas orientadoras, oficinas, visitas mediadas, materiais educativos e acessibilidade comunicacional.

A acessibilidade, aliás, deve ser entendida em sentido amplo. Não se limita a rampas ou recursos físicos, embora estes sejam indispensáveis. Inclui linguagem clara, materiais táteis, recursos audiovisuais, Libras, audiodescrição, acessibilidade cognitiva e acolhimento de públicos diversos. Democratizar a memória exige democratizar as condições de acesso ao conhecimento.

Outro elemento importante é a tecnologia digital. Reconstruções virtuais, bancos de dados, escaneamento 3D e exposições online podem ampliar o acesso ao patrimônio. Entretanto, a tecnologia não substitui reflexão crítica. Um museu digitalmente sofisticado pode continuar epistemologicamente colonial se reproduzir os mesmos silêncios. O valor da tecnologia depende do projeto interpretativo que a orienta.

A análise também demonstra que a relação entre museu e universidade deve ser fortalecida. Museus não são apenas espaços de extensão, mas laboratórios de pesquisa e formação. A integração com cursos de História, Arqueologia, Museologia, Antropologia,

Pedagogia e Turismo pode ampliar a produção de conhecimento e qualificar a mediação pública. No caso da formação de professores, visitas a museus do passado profundo podem transformar o ensino de Pré-História e História Antiga.

É necessário, ainda, defender políticas públicas de preservação. A vulnerabilidade de acervos brasileiros demonstra que a memória cultural depende de financiamento, planejamento, profissionais qualificados e reconhecimento institucional. Sem investimento, a defesa do patrimônio torna-se retórica. Museus precisam de reservas técnicas adequadas, laboratórios, equipes multidisciplinares, segurança, documentação e programas educativos permanentes.

A partir do referencial mobilizado, pode-se afirmar que o museu do passado profundo deve cumprir quatro funções articuladas: função científica, ao preservar e pesquisar evidências; função hermenêutica, ao interpretar materialidades; função pedagógica, ao formar consciência histórica; e função político-cultural, ao democratizar a memória e enfrentar colonialidades. A ausência de qualquer uma dessas dimensões empobrece a instituição.

Como síntese, a análise revela que o museu é uma arena de disputa sobre o sentido do tempo. Ele decide se o passado profundo será apresentado como curiosidade distante ou como fundamento da experiência humana; se povos originários serão tratados como desaparecidos ou como sujeitos históricos; se a ciência será comunicada como verdade fechada ou como processo crítico; se o patrimônio será mercadoria simbólica ou bem comum.

8. CONCLUSÃO

O presente artigo demonstrou que os museus, especialmente aqueles voltados à arqueologia, paleontologia e ao passado profundo, devem ser compreendidos como lugares de memória, dispositivos de poder-saber e arenas de mediação cultural. Longe de constituírem espaços neutros, os museus selecionam, classificam, interpretam e narram vestígios, transformando materialidades fragmentárias em memória pública socialmente reconhecida.

A partir de Maurice Halbwachs, compreendeu-se que a memória é socialmente estruturada e que o museu atua como quadro coletivo de lembrança. Com Pierre Nora, evidenciou-se que os museus funcionam como lugares de memória em sociedades nas quais a continuidade espontânea do passado se fragiliza. Com Jacques Le Goff, destacou-se que documentos e objetos preservados são também monumentos, marcados por relações de poder e processos de monumentalização.

A incorporação de Fernand Braudel permitiu situar o passado profundo na escala da longa duração, enquanto Paul Ricoeur contribuiu para compreender a exposição museológica como narrativa interpretativa. Michel Foucault possibilitou analisar o museu como dispositivo produtor de regimes de verdade, no qual saber e poder se articulam na organização do visível. Jan Assmann e Aleida Assmann aprofundaram a compreensão da memória cultural institucionalizada, mostrando que o museu atua entre arquivo e ativação pública do passado.

No campo da museologia crítica, Eilean Hooper-Greenhill, Mário Chagas e Néstor García Canclini permitiram interpretar o museu como espaço de produção de conhecimento, disputa simbólica e construção social do patrimônio. Ian Hodder e a arqueologia

interpretativa evidenciaram que os artefatos não falam por si; exigem contextualização, hermenêutica e sensibilidade cultural. Por fim, Quijano, Mignolo, Boaventura de Sousa Santos e Linda Tuhiwai Smith demonstraram que a descolonização dos museus exige justiça epistemológica, reconhecimento de saberes subalternizados e redistribuição da autoridade interpretativa.

Conclui-se que o passado profundo não é um tempo morto, distante ou meramente natural. Ele constitui uma dimensão fundamental da historicidade humana e da memória cultural. Ao musealizá-lo, as instituições contemporâneas assumem a responsabilidade de construir narrativas rigorosas, críticas, inclusivas e socialmente relevantes. A qualidade de um museu não se mede apenas pela raridade de seu acervo, mas pela densidade ética e epistemológica de sua interpretação.

Assim, o museu do século XXI deve superar a condição de templo da contemplação para tornar-se fórum de diálogo, laboratório de cidadania e espaço de democratização da memória. Deve preservar objetos, mas também ativar perguntas; conservar vestígios, mas também problematizar narrativas; comunicar ciência, mas também reconhecer conflitos; valorizar o patrimônio, mas também enfrentar colonialidades.

A tese central defendida é que museus como lugares de memória são indispensáveis para a formação de uma consciência histórica ampliada. Eles permitem que a sociedade compreenda que sua história não começa nos marcos coloniais, nem se limita à escrita, ao Estado ou à civilização urbana. Antes disso, há milênios de experiências humanas, territorialidades, técnicas, símbolos, deslocamentos, adaptações e invenções culturais. Tornar esse

passado inteligível é uma das tarefas mais nobres da museologia contemporânea.

Por fim, afirmar a centralidade dos museus do passado profundo significa defender a soberania cultural e científica do país. Preservar sítios arqueológicos, qualificar instituições museológicas, financiar pesquisas, formar educadores e incluir comunidades na interpretação patrimonial são ações indispensáveis para que a memória não seja privilégio de poucos, mas direito coletivo. O museu, quando crítico e socialmente comprometido, transforma o passado em campo de responsabilidade pública e o patrimônio em instrumento de justiça histórica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação:** formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

ASSMANN, Jan. **Cultural memory and early civilization:** writing, remembrance, and political imagination. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais:** a longa duração. In: Escritos sobre a história. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 2015.

CHAGAS, Mário. **Memória e poder:** dois movimentos. Cadernos de Sociomuseologia, Lisboa, n. 19, p. 35-67, 2002.

CHAGAS, Mário; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 27, n. 41, p. 9-22, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GUIDON, Niède. **A arte pré-histórica da área arqueológica de São Raimundo Nonato**. São Paulo: FUMDHAM, 1991.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HODDER, Ian. **Reading the past: current approaches to interpretation in archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

HOOPER-GREENHILL, Eilean. **Museums and the shaping of knowledge**. London: Routledge, 1992.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo

Horizonte: Editora UFMG, 2003.

NEVES, Walter Alves; PILÓ, Luís Beethoven. **O povo de Luzia:** em busca dos primeiros americanos. São Paulo: Globo, 2008.

NORA, Pierre. **Entre memória e história:** a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

PEARCE, Susan M. **Museums, objects and collections:** a cultural study. Washington: Smithsonian Institution Press, 1992.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Almedina, 2009.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Decolonizing methodologies:** research and indigenous peoples. London: Zed Books, 1999.

TILLEY, Christopher. **Interpreting material culture.** In: HODDER, Ian *et al.* The meanings of things: material culture and symbolic expression. London: Unwin Hyman, 1989.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local.** Porto Alegre: Medianiz, 2012.

¹ Professor da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), vinculado ao Departamento de História, onde leciona Pré-História e História Antiga Ocidental. Graduado em História e Arqueologia Bíblica, com especializações em Educação, Psicanálise na Educação e Saúde, Arqueologia e Antropologia. Mestre em Teologia Histórica, doutor em Psicanálise (UNIDERC) e em Ciências da Educação (FICS/UNAMA). Coordena o curso de História da UEPB, além de projetos e programas de extensão nas áreas de arqueologia, patrimônio cultural e educação. Atua como pesquisador vinculado ao CNPq e como professor convidado em instituições nacionais e internacionais.